



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

## REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ .  
Filiação: \_\_\_\_\_  
e \_\_\_\_\_  
Endereço completo: (Rua/Av., número, apto/bloco,etc.) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ Ponto de  
Referência: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Telefones: Residencial: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_ .

**Requeiro nos termos do Decreto nº 6.593/2008, publicado no Diário Oficial da União de 03/10/2008 a isenção do pagamento da taxa para inscrição para o processo seletivo \_\_\_\_\_, Curso \_\_\_\_\_, Campus \_\_\_\_\_, conforme o Edital nº \_\_\_\_\_/2010-PROEN/IFRN, e para este fim declaro:**

I - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – **CadÚnico**, sob o Número de Identificação Social – **NIS** nº \_\_\_\_\_.

II - Ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

III- Estar ciente que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações e documentações apresentadas, e que sofrerei as sanções previstas em Lei, caso as informações/declarações contidas neste requerimento não sejam verdadeiras.

Natal/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal

- O requerimento de que trata este item deve vir acompanhado, **obrigatoriamente**, da comprovação do Número de Identificação Social – NIS (cópia do cartão, quando for beneficiário de algum programa social), de declaração assinada pelo candidato e seu responsável legal, caso seja menor de dezoito anos, e do número do CPF do candidato ao processo seletivo.
- O IFRN consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas sujeitarão o candidato ou seu responsável legal às sanções previstas em lei.